

A Revista *Seara Nova*:
instrumento ao serviço da democracia
e da descentralização da organização escolar
The magazine Seara Nova:
an instrument of democracy
and decentralisation of school organisation

Maria João de Carvalho
mjcc@utad.pt
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)

Data de recepció de l'original: abril de 2014

Data d'acceptació: juliol de 2014

RESUM

A partir del context polític, econòmic i cultural de la Primera República a Portugal, l'article analitza l'impacte que la premsa, inclosa la revista *Seara Nova*, va tenir en el canvi del pensament educatiu i pedagògic de l'època. Aquesta influència es va fer notar en altres dimensions de la societat portuguesa. La crida constant al canvi, característica de la reforma, i la creació d'una veritable elit troben en l'escola democràtica i descentralitzada el millor instrument per assolir aquest objectiu. Per això, la modernització del país depenia, segons els editors de l'esmentada revista, d'una educació fonamentada en els principis d'emancipació i autonomia dels ciutadans.

PARAULES CLAU: escola democràtica, emancipació, elits, reforma educativa.

ABSTRACT

From the political, economic and cultural context of the First Republic in Portugal, this article analyses the impact that the media, including the magazine *Seara Nova*, had in the change of educational and pedagogical thinking of the period. This influence was felt in several dimensions of the Portuguese society. The constant call for change, characteristic of the reform, the creation of an enlightened public opinion and the creation of a true elite found in the democratic and decentralised school the best tool to achieve this purpose. Therefore, according to the editors of the magazine, the modernisation of the country depended on an education founded on the principles of emancipation and autonomy of the citizens.

KEY WORDS: democratic school, emancipation, elites, educational reform.

RESUMEN

A partir del contexto político, económico y cultural de la Primera República en Portugal, este artículo analiza el impacto que la prensa, incluyendo la revista *Seara Nova*, tuvo en el cambio del pensamiento educativo y pedagógico de la época. Esta influencia se dejó sentir en varias dimensiones de la sociedad portuguesa. La llamada constante al cambio, característica de la reforma, la creación de una opinión pública ilustrada y la creación de una verdadera élite encuentran en la escuela democrática y descentralizada el mejor instrumento para lograr este propósito. Por lo tanto, la modernización del país dependía, según los editores de la revista, de una educación fundada en los principios de emancipación y autonomía de los ciudadanos.

PALABRAS CLAVE: escuela democrática, emancipación, élites, reforma educativa.

I. INTRODUÇÃO

Se a imprensa, em sentido genérico, arrecada em si mesma uma importância inquestionável, a Revista é uma das suas concretizações mais expressivas por ser capaz de, numa só publicação, condensar uma panóplia diferenciada de informação veiculada a partir de registos múltiplos que vão desde o reclame à propaganda e do textual ao iconográfico.

Na segunda metade do século XIX, em Portugal, são várias as figuras públicas que enaltecem as virtudes deste género de publicação, nomeadamente Eça de Queiroz, quando escreve que «A Revista é essa delicada amiga que destaca da massa sombriamente movediça cenas e atores que, por um momento, merecem risos e lágrimas».¹ Enquanto exigência da vida moderna, revela o seu valor instrumental pela sua eficácia na propagação de valores que o carácter de imprensa de momento parece justificar, em simultâneo com o acesso e consumo fácil.

Ao contrário de um livro, se considerarmos que, por norma, ele tem autoria singular, «uma revista é quase sempre a manifestação duma criação de grupo»² e, por isso, não é estranho que reúna mundivisões e imaginários coletivos diversos. O seu carácter informativo, formador e de representação de grupo pode ser considerado um suporte adequado para a veiculação de uma determinada imagem que se quer ver destruída ou, então, enalticida. Por isso, enquanto publicação, a revista, «como o nome sugere, passa em revista diversos assuntos».³ E, por isso, não é estranho que a revista contribua, de forma decisiva, para as algumas mudanças de poder.

O século XIX e os inícios do século XX foram o cenário propício ao desenvolvimento desta forma de intervenção, pelo contexto reformador que as muitas ideias projetavam relativamente às diferentes áreas enquanto espaço de debate, de polémica e de controvérsia, em projetos de instrução pública em forma de propostas alternativas às reformas pombalinas, transformadas num paradigma seguido pelos reformadores liberais e republicanos, mas que deixou por resolver algumas questões que dominaram os debates pedagógicos e as reformas desse século.

Até à segunda metade do século vinte não será de estranhar o protagonismo da imprensa periódica, apesar do número limitado de leitores, pois esta constituía-se, até à chegada de novos meios de comunicação, o instrumento, por excelência, ao serviço da formação da opinião pública de âmbito cultural e política. Por isso, os constantes ataques de que foi sendo alvo por parte do poder político, na tentativa de limitar a sua ação. Situação a que a revista *Seara Nova* não conseguiu escapar se tivermos em conta as suspensões temporárias a que se viu obrigada, nomeadamente entre agosto de 1926 e abril de 1927

¹ EÇA DE QUEIROZ, José Maria. «Prefácio», *Revista Moderna*, 1ª edição, Paris, M. Botelho, 1897, Ano 1, s/p.

² ROCHA, Clara. *Revista Literária do Século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 33.

³ *Ibidem*, p. 25.

e, mais tarde, entre junho e setembro de 1949 sem que nunca tenha deixado de estar sob permanente escrutínio do poder político que intensificou as suas críticas à Revista a partir da década de 40 até finais da década de 50. Sanção menos dura do que a aplicada a outros órgãos de comunicação mobilizados de opinião, como *O Diabo* ou o *Sol Nascente*, que se viram obrigados ao encerramento, situação que acabaria por elevar a importância da *Seara Nova*. Contrariamente, periódicos como Nação Portuguesa, Ocidente e Atlântico, pela visão tradicionalista que defendem, prolongam, sem dificuldade, a sua vigência por vários anos à custa do apoio financeiro do Estado.

Certo é que a revista Seara Nova terá desempenhado um importante papel na formação de uma opinião pública, sustentada à custa do seu ideário, e fê-lo de modo muito expressivo no concernente à educação.

1.1 Educação ao serviço da modernização

A temática da educação granjeou grande importância, ao ser considerada, por muitos intelectuais da altura, o melhor meio de modernização do país que se encontrava envolto em fortes perturbações, tanto políticas como sociais.

Confrontados com este quadro e conscientes de que as mudanças políticas foram, e continuavam a ser, incapazes de introduzir alterações no ensino público, considerou-se que «a criação de instituições independentes que educassem a própria classe política era o meio indicado para superar a crise na educação».⁴ Proposta que, em termos decisórios, era eminentemente política e, por isso, bastante problemática pela resistência do poder que sempre se havia fechado a qualquer influência externa que pudesse contra ele ser exercida. Situação que em muito contrasta com a defesa da livre concorrência que se pretendia na esfera económica, posicionamento paradoxal pois, como nota Nóvoa, «Os teóricos liberais, partidários do laissez-faire na economia, reclamam a intervenção do Estado na Educação e recusam deixar este domínio às leis do mercado».⁵

Note-se que, apesar da preocupação com a criação e reforma das instituições educativas desde a revolução liberal, os números dão-nos uma excelente perspetiva, porque demasiado esclarecedores, da situação vivida quando

⁴ SOUSA FERNANDES, António. *A Centralização Burocrática do Ensino secundário. Evolução do sistema Educativo português (1836-1926)*. Universidade do Minho, 1992, p. 87.

⁵ NÓVOA, António. *Les Temps des Professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 67.

a república cumpria em 1911 uma das suas mais importantes promessas, o sufrágio universal. Nele podem participar homens, de idade superior a 21 anos que soubessem ler e escrever, ou tal não se verificando, que fossem chefes de família. Daqui resulta um eleitorado de 850.000 pessoas. Quanto ao 1 milhão e meio de varões com idade superior a 20 anos que existiam na altura e estariam implicados no processo de eleição, deduz-se do seu analfabetismo. Somavam 75% os analfabetos na altura, não se contabilizando as mulheres que estavam excluídas de votar.⁶ No entanto, em termos de organização de poder, o regime republicano representa um passo em frente, em relação ao regime monárquico, em questões de democracia, muito embora não tendo sido capaz de eliminar as restrições que se faziam sentir, no âmbito da participação dos cidadãos no ato eleitoral. Diríamos que a igualdade e a liberdade tão proclamadas não se fizeram sentir da mesma maneira, para todos.

Apesar da defesa da descentralização e da democracia arrecadar simpatizantes devido à convicção instalada de que a sua existência prévia seria conveniente à difusão da instrução, a mesma que daria instrumentos para que o povo desempenhasse com sucesso, o seu papel político, numa sociedade que também se queria democrática, a verdade é que estes conceitos deixam de ser significativos quando pretendemos caracterizar o modelo de sistema educativo nesse período.

Estas convicções e anseios são retomados no século xx, mais concretamente com a República, com a mesma força e em rutura com a perspectiva de que o autoritarismo, veiculado pela centralização do poder, não é um meio reformador da educação. O objetivo central da educação escolar passa a ser congruente com o principal objetivo da democracia, emancipar pela autonomia quer os alunos quer os cidadãos.

Reconhece-se à educação uma finalidade implicitamente política que se confunde com a própria democracia, conforme à essência da natureza humana, para a qual os regimes caminhariam, o que justifica o trabalho minucioso de transformação da escola por parte dos republicanos, como fica patente nos vários movimentos, em forma de revista, que emergiram a partir de 1910, numa clara oposição e descontentamento relativamente à situação de miséria e de degradação vivida pela grande maioria da população mas, também, com a pretensão de apresentarem medidas corretivas que pudessem levar ao progresso.

⁶ MARQUES, Oliveira. *A Primeira República Portuguesa. Alguns Aspectos Estruturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p 88.

2. ALGUNS PERIÓDICOS E MOVIMENTOS DA ÉPOCA

É neste contexto que emergem alguns movimentos que adquirem grande protagonismo no panorama cultural e educativo português, dos quais destacamos a revista *A Águia* (1910-1911), que precede a *Renascença Portuguesa* (1910-1932), cujo carácter programado propicia uma unidade que a anterior não detinha. Contudo, essa unidade acabou por ser posta em causa devido ao surgimento de dois programas distintos, encabeçados por Raul Proença e Teixeira de Pascoaes. Os dois programas só tinham em comum o objetivo, a necessidade de regenerar a sociedade portuguesa; as estratégias eram demasiado divergentes para conseguirem reunir o consenso. Para Pascoaes a renascença passava pelo renascimento da alma lusitana, por um regresso à nossa identidade, era marcadamente uma estratégia saudosista, para Proença a renascença só poderia acontecer pela atitude de rutura com atitudes dogmáticas, fossem elas políticas, científicas ou religiosas, sendo o ‘estrangeiramento’ o melhor modo de o conseguir.

De salientar, ainda, «A Batalha» (1919-1927), pois também faz assentar a situação em que o país se encontra nos pseudointelectuais, pois os que temos não são dignos senão deste nome, que se destacam pela ausência de espírito criador e moderno, insistindo no passado e não se caracterizando por uma ação combativa em prol da liberdade que as ditaduras tentam fazer desaparecer. A este propósito escreve Ferreira de Castro «nós sofremos uma crise de intelectualidade, que é a pior de todas as crises –porque é a crise mãe– a que fecunda e cria todas as outras. Não temos intelectuais criadores».⁷ Por isso, no seu programa fica expresso que é um «Órgão de exposição doutrinária e elemento de educação e de aperfeiçoamento moral e intelectual, ele destina-se [...] a contribuir para a formação da consciência revolucionária».⁸ Com efeito, será o golpe militar e a implantação da Ditadura a determinar o seu fim.

A par dos anteriormente referidos, a *Alma Nacional*, com uma vigência muito mais curta, pois inicia a sua publicação em fevereiro de 1910 dando por terminada a sua ação em setembro desse mesmo ano, também se apresentava como «arma de combate contra a monarquia, elemento de educação para o povo e instrumento de propaganda nacional, [...] Não será uma obra trucu-

⁷ FERREIRA DE CASTRO. «Os intelectuais e as ditaduras», *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, n. 18, Lisboa, Órgão da CGT, 1926, p.1 (1).

⁸ COLABORADORES. «Saber para poder. Saber o que se pode fazer», *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, n. 1, Lisboa, Órgão da CGT, 1923, p. 1 (1).

lenta, mas um grito de indignação e de revolta [...] será a revista de todos, da plebe, dos trabalhadores, dos oprimidos de hoje».⁹ A esta se junta A revista *Atlântida* (1915-1929), a revista *Ocidente* (1878-1914), a revista *Vértice*, fundada em 1942 com o claro propósito de ser um instrumento de resistência à ditadura do Estado Novo.

Parece importante referir que na origem deste tipo de revistas e movimentos encontramos a *Revista de Portugal*, publicada entre 1889 e 1892, cuja direção estava a cargo de Eça de Queirós.

É de salientar, ainda, o movimento de ideias alternativo ao próprio ideário republicano, associado à revista *Nação Portuguesa*, que dá pelo nome de *Integralismo Lusitano* (1913-1926) que visa, essencialmente, demolir a tríade dos Direitos do Homem e do Cidadão – liberdade, igualdade e fraternidade – bem como a divisão e descontinuidade do poder, por contrariarem os princípios orgânicos da unidade e da continuidade da natureza. Tinham como convicção a ideia de que a solução para esta calamitosa situação era uma alternativa radicalmente diferente da existente, a Monarquia Integral. A figura irremovível do rei permitiria não fazer uma política de interesses e trabalhar em prol de uma política de unidade nacional. Considerando os interesses sociais e profissionais que as Cortes representam não deixará de decidir sozinho, chamando a si a total responsabilidade das decisões governamentais. Aspeto que consolida, na ótica dos integralistas, a supremacia da monarquia hereditária sobre a democracia, porque nesta há desresponsabilização por detrás da delegação de poderes, facto que estimula a incompetência. Neste caso, curiosamente, para os integralistas, a política de descentralização é a mais consentânea com a Monarquia Integral na medida em que o Rei, não estando dependente de qualquer eleição, nada deve, nem nada espera da centralização, e porque descentralizando salvaguarda-se de todas as agitações políticas que a centralização favorece.

2.1 Os princípios fundantes da Revista Seara Nova

Na primeira metade do século xx, mais precisamente em 1921, surge um dos movimentos mais significativos pelo lugar que ocupa na história da cultura portuguesa, ao qual a revista *Seara Nova* dá corpo. Como seus fundadores encontra um grupo de homens de vulto, de intelectuais que partilham uma postura apartidária, supraclassista e idealista, apostados na justiça e no progres-

⁹ ALMEIDA, António José de. «Apresentação», *Revista Alma Nacional. Revista Republicana*, n. 1, Lisboa, edição do autor, 1910, p.1 (1).

so, os mesmos intelectuais que se constituíam em grupos de tertúlias pelas afinidades manifestas, e que integravam o famoso Grupo da Biblioteca. Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Azeredo Perdigão, Câmara Reys, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, Francisco António Correia, Jaime Cortezão, Raul Brandão e Raul Proença. Na apresentação da revista esclarecem que o intuito é «Chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião que as exija e apoie. Quer fundar as condições de verdadeira democracia, sem as quais a República não passará do regímen de baixa mentira e indigna plutocracia que tem sido até hoje. [...] combater todas as revoluções de clientelas, sôfregas e mando e vazias de princípios, que o banditismo dos *condotieri* políticos, sem o menor respeito pela vontade do país e pela democracia, teem perpetrado em Portugal».¹⁰

Os objetivos que se propõem atingir passam, fundamentalmente, pela reflexão e denúncia dos «males» que afetam a República, ao mesmo tempo que surge a imperiosa necessidade de criar uma verdadeira consciência nacional e uma elite que terá por missão formar uma opinião pública «esclarecida, susceptível de devolver à governação republicana o espírito do *5 de Outubro* e inflectir a sua prática no sentido de um socialismo democrático livremente consentido».¹¹ A *Seara Nova* era o melhor meio de intervenção, pedagógica e doutrinária para potenciarem a sua ação.

Estes seareiros movem-se por um sentimento comum: avassala-os um complexo de culpa por nada terem feito para impedir a situação de calamidade em que se encontrava República e, por isso, são perentórios a afirmar que «Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe no desastre colectivo; todo o país, em especial a sua elite».¹² Este foi o motivo que os levou a se autoinvestirem da missão de regenerar consciências, com o intuito de salvar a sociedade portuguesa.

Regenerar as consciências, com o intuito de salvar a sociedade portuguesa não passaria por um alinhamento partidário na vida política ou aos interesses de uma qualquer classe, o que libertaria os seareiros da escravidão de uma qualquer ideologia partidária. A este propósito clarifica Proença que «um grupo não partidário vale o que valem os seus homens; um partido político, pelo contrário cria vícios e defeitos próprios [...] esse grupo dá mais garan-

¹⁰ PROENÇA, Raul. «Nota Introdutória», *Seara Nova*, Lisboa, n. 1, 1921, p. 2 (1-3).

¹¹ CUNHA, Norberto. *Mentalidade e Cultura Portuguesa na 1ª República*, Braga, 1999, p. 86.

¹² PROENÇA, Raul. «Nota Introdutória», *Seara Nova*, Lisboa, n. 1, 1921, p.1 (1-3).

tias de desinteresse [...]. A consciência dos interesses nacionais é assim menos refractada que através dum meio puramente político».¹³

Na mesma linha se situa Cortesão quando escreve que «Aos partidos falta essencialmente unidade moral e directiva que advém dos princípios. Os governos, tantas vezes recrutados na mais irrisória das incompetências, iludem quasi sempre com expedientes e modificações de superfície muitas das mais alargadas promessas feitas nos bons tempos. Sucedem-se uns aos outros e os problemas da maior urgência continuam insolúveis».¹⁴

Porém, tal postura não deve ser entendida como falta de reconhecimento ao contributo dos partidos políticos, pois os próprios reconheciam a necessidade da sua existência para o funcionamento das instituições democráticas.

Vivia-se uma atmosfera de corrupção que privilegia os interesses das clientelas partidárias e das oligarquias plutocráticas; a brevidade das experiências governamentais, o faccionismo; a inexistência de programas claros dava o mote a esta imensa onda de crise, cujos contornos eram o reflexo da realidade das instituições republicanas, levando a um ato messiânico, por parte destes intelectuais.

Paralelamente a este cenário existe um outro, também ele desolador, bens e dinheiro rareavam, fazendo aumentar a carestia de vida e o conseqüente depauperamento das classes médias, com uma atitude de espírito pautada pela apatia e resignação, sendo as forças armadas a saírem beneficiadas desta situação, uma vez que absorviam a quase a totalidade das receitas do Estado.

A proposta era levar a cabo uma missão social e, simultaneamente, nacional que transpusesse a «simples técnica política» e mais do que o recurso ao «mecanismo da “luta de classes”, era uma empreitada que exigia um verdadeiro sacerdócio [...] em prol duma moralidade cívica».¹⁵ De si dizem ser «um grupo de orientação doutrinária, formador de correntes de opinião, e exigindo sempre, em nome da consciência nacional e do seu próprio pensamento ofendido, a satisfação dos mais altos interesses nacionais».¹⁶

Nesta empreitada, em que o silêncio passou a ser a instância mais condenável, a denúncia e a reflexão crítica dela decorrente, bem como a apresentação de propostas de reforma propondo uma democracia idealista e socialista a nível económico, foram as estratégias utilizadas por este grupo de homens.

¹³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁴ CORTESÃO, Jaime. «A Crise Nacional», *Seara Nova*, Lisboa n. 2, 1921, p. 34 (32-35).

¹⁵ CUNHA, Norberto. *Op. cit.*, p. 87.

¹⁶ PROENÇA, Raul. *Op. cit.*, p. 2.

Assim, como forma de regenerar a grei, os seareiros apresentam como imprescindível dar uma tónica acentuada à vertente educativa e económica. A primeira, a política do Espírito, tinha supremacia sobre todas as outras, pois aí se encontraria a «salvação do Homem e da sociedade pelo aperfeiçoamento da disciplina do espírito». ¹⁷ A educação, como solução da crise em que o país se encontrava mergulhado, deveria dispor de uma autonomia financeira apropriada, ser alvo de uma descentralização na conceção e realização das reformas educativas.

De notar que, dependendo dos colaboradores da *Seara*, ora a tónica se colocava na importância da educação em geral, ora na educação profissional, o que não era marginal à preocupação do binómio educação/economia. A ideia de educar para e pelo trabalho, numa clara aproximação aos pressupostos do Movimento da Escola Nova, revela-se nuclear enquanto instrumento de combate aos problemas educativo e económico.

Não podemos deixar de destacar o papel fundamental desempenhado pela *Seara Nova*, na palavra dos seus colaboradores, enquanto instrumento de oposição democrática ao Estado Novo, pois a ele lhe sobreviveu, e continuando a sua caminhada até aos dias de hoje, apesar de não manter a sua configuração inicial. Vigência que foi pautada pela pouca visibilidade dada à atualidade de então, pelas ausências de periodicidade regular, de critérios e planos na produção de textos, e que a censura explica. De destacar que é durante as décadas de 40 e 50 que a *Seara Nova* está mais exposta a críticas que emergem tanto do exterior como do seu interior, o que acabará por ser um constrangimento ao ideário seareiro pela hesitação que provocam nos seus colaboradores. Fragilidade que também não pode ser entendida à margem da saída de algumas figuras que entram em rutura ideológica com as linhas de ação da revista, dos que se encontram exilados ou mesmo daqueles que entretanto faleceram. Se podemos considerar que as mudanças políticas podem servir para efeitos da sua periodização o mesmo também parece ser válido quando em causa estão os homens que em alguns momentos, pela sua força intelectual, se foram confundindo com a própria Revista.

Convém referir que o grupo *Seara Nova* não limitou a sua ação à atividade editorial, foi promotor de colóquios e debates com o propósito estudar a realidade em que estavam inseridos e esclarecer não só o leitor mas o público em geral, através de conferências e comícios, forma de diminuir a distância material entre leitores e escritores.

¹⁷ AMARO, António Rafael. *A Seara Nova Nos anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*. Viseu, 1995, p. 26.

3. O IDEÁRIO PEDAGÓGICO NA EXPRESSÃO DOS COLABORADORES DA *SEARA NOVA*

Os colaboradores da revista estavam convictos que a educação seria a chave da regeneração, da salvação nacional, mas agora uma educação pautada por novos princípios, anulando a escola verbalista, saudosista e «sebastianista» para passar a ser uma escola que fomentasse o «espírito crítico e experimental, a cultura da personalidade, a formação do caráter, as virtudes sociais, o interesse pelo coletivo, a disciplina da vontade, a organização do esforço produtivo, a disciplina interior e o self-government». ¹⁸ Uma educação que considerasse de forma implicada a formação social e a própria educação.

A pretensão dos seareiros, a nível económico, passaria pela democratização da propriedade, pela implementação do regime cooperativista, ao mesmo tempo que as contribuições e impostos se fossem tornado um encargo menos pesado, que os trabalhadores se sentissem verdadeiramente protegidos ao abrigo dos seus direitos, dando à agricultura primordial relevo. Na verdade, entendiam que o bem-estar económico de um qualquer país não é senão um meio para a prossecução do melhoramento espiritual e social das gerações vindouras. E, assim, fica evidente que a dimensão económica de um país não pode ser percebida como um fim em si mesmo, mas antes como estando ao serviço da cultura e da civilização. ¹⁹

Com efeito, faziam assentar as suas reivindicações na necessidade de se criarem escolas experimentais que iam desde o nível infantil até ao nível de continuação, a importância de se repensarem os programas, a criação de um Museu pedagógico com o objetivo de organizar material e guias para apoio de professores reformar o ensino normal e criar o Instituto de ciências da Educação, criar a junta de Promoção de Estudos e a de Estudos Sociais, criação de uma Residência para Estudantes, Contratação de professores estrangeiros, a existência de uma comissão executiva de reformas e, ainda, uma comissão de reforma do ensino superior. ²⁰

A *Seara Nova* foi o cenário de acalorados debates sobre problemas filosóficos, morais, sociais, literários, políticos e pedagógicos e Sérgio um dos protagonistas nas mais importantes polémicas aí suscitadas, dado que o seu

¹⁸ CUNHA, Norberto. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁹ O GRUPO SEARA NOVA. «Carta Aberta Dirigida a Sua Exa. o Presidente da República», *Seara Nova*, Lisboa, n. 27, 1923 (51-54).

²⁰ CARDIA, Sottomayor. (org. prefácio e notas). *Seara Nova. Antologia. Pela reforma da República (1) 1921-1926*. Lisboa: Empresa de Publicidade Seara Nova, SARL, 1971 p. 289.

pensamento abrangeu os mais diversos campos da nossa problemática cultural. Escolheu os seus «opositores» em função da sua representatividade na mentalidade dominante, do seu peso na opinião pública, das suas responsabilidades na «barbarização» da nossa cultura.²¹

Das suas polémicas, mais importantes que os nomes e as circunstâncias, são as batalhas de ideias que convém preservar e transmitir como testemunho e património duma época agitada do panorama intelectual português.

3.1. *A opinião pública e as elites enquanto exigências de democratização*

Na ótica de Bergounioux a ‘repartição’ entre os homens parece ser um fenómeno universal, já que a experiência da divisão social afeta todas as sociedades históricas²² e a própria constatação do presente corrobora essa mesma ideia de que a sociedade é «uma unidade dinâmica de dois fatores»²³ que concretiza a divisão mais radical existente na humanidade em duas classes de homens: as elites, ou minorias, e as massas. A forma como se relacionam «tende a colocar-se nos termos de uma vontade iluminista que pretende agir “para o povo, mas não através do povo”». ²⁴ São as elites, consubstanciadas numa minoria absolutamente mínima de intelectuais sinceros, homens sem aspiração a exercer autoridade e sem superioridade em relação aos demais, mas que exigem de si próprios mais do que aos restantes homens que integram o tecido social, quem deve dirigir e reger a existência da sociedade. Sobre eles recai a responsabilidade, porque primam pela sinceridade, de tornar as coisas mais claras, de mostrar a verdade que teima ocultar-se por detrás da ação do político; são homens dedicados «à causa da humanidade que se traduz na tarefa de emancipação universal das massas “incapazes de avançar se não forem guiadas”». ²⁵

As elites deixaram cair na inércia a ideologia republicana, ao mesmo tempo que foram os responsáveis pela inexistência de uma opinião pública que desse origem a um movimento de opinião organizado que é sempre de extrema

²¹ RAFAEL AMARO, António. *Op. cit.*, p. 66.

²² BERGOUNIOUX, Alain. «Partidos», *Einaudi*. T. 22. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996, p. 66.

²³ ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d’Água, 1989, p. 42.

²⁴ VIVANTI, Corrado. «Maioria, Minoria», *Einaudi*. T. 22. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996, p. 54.

²⁵ ORTEGA Y GASSET, José. *Op. cit.*, p. 49.

importância num qualquer regime democrático, base sólida e indispensável de toda a salvação.

Na criação de uma elite pode encontrar-se a possibilidade de aperfeiçoamento da vida de uma nação, designadamente os seus movimentos ideológicos, aspirações e vida intelectual. Ela aparece como condição primeira para construir uma verdadeira democracia e um mundo melhor. Afetada por vícios como a corrupção, a mentira, a vaidade, a incompetência, o desânimo, votando ao esquecimento a dimensão humana, acaba por subverter a sua verdadeira missão, ao negar as obrigações que tinham perante o povo.

É inequívoca a relação de causalidade que os colaboradores da Revista estabelecem entre as nações e os seus líderes. Assim, uma nação valerá sempre aquilo que valem as suas lideranças, ou elites, sendo que o seu valor é estimado de acordo com aquilo que elas são capazes de fazer emergir.

Por isso, os colaboradores da *Seara Nova* acreditam estarmos em presença de uma minoria de «incultos intelectuais» que afirmam que «trabalham pela cultura quando propugnam realmente pelos seus interesses, a sua comodidade, o seu egocentrismo, os seus preconceitos»,²⁶ são aqueles que vivem com o «prejuízo da comunidade, de modo especial, da maior vítima do regime social, o lavrador».²⁷

A verdadeira elite, pelo contrário, estaria incumbida de formar uma opinião pública, esclarecida, condição de uma governação democrática. Teria por missão ensinar o povo a ser povo, a não ser um súbdito que obedece silenciosamente, com apatia e resignação, mas que se caracteriza por ter iniciativa, auto domínio, liberdade, pensar claro e objetivo, em suma, pela sua capacidade em preparar o povo a ser povo para se governar a si próprio. É este o tom dos colaboradores da *Seara Nova* por acreditarem que «Numa democracia sem opinião pública os governos ou se eternizam ou têm uma existência efémera: Querem governos estáveis sem um regime de opinião é a maior das utopias».²⁸ Uma regeneração que, acreditam, só pode ser encarada de forma séria se existir um efetivo movimento de opinião pública que abale o status quo.²⁹

Mas, se a esta opinião pública atribuem valor instrumental, porque pode ser colocada ao serviço do controlo fiscalizador das elites, então impõem-se como condição necessária a sua existência que está dependente da educação

²⁶ SÉRGIO, António. «Sobre o Problema da Cultura», *Vértice*, Coimbra, n. 153, 1956, p. 271 (269-263).

²⁷ SÉRGIO, António. «Notas de Esclarecimento», *Ensaios*, Tomo 2, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p. 230.

²⁸ PROENÇA, Raul. «Nota Introdutória», *Seara Nova*, Lisboa, n. 1, 1921, p. 2 (1-3).

²⁹ *Ibidem*.

ministrada enquanto favorecedora da formação de uma verdadeira elite. Educação enformada por «uma racionalidade de carácter mobilizador que se traduz numa esfera dialógica dos sujeitos e que é capaz de identificar os mecanismos de opressão, de controlo e de dominação que dificultam a revitalização da esfera pública».³⁰

Torna-se, por isso, inequívoca a relação de causalidade que os colaboradores da revista estabelecem entre as nações e os seus líderes. Sem elites uma nação não passa de um conjunto de acomodados, incapazes de se fazerem notar pela vontade e pelo desejo de mudança e, por isso incapazes de reivindicar e construir a democracia.

3.2 *Que escola e que poder?*

O sentido da educação como ação global produz novas questões relativamente à intervenção do Estado na educação escolar. A sua aplicação obriga ao confronto de duas opções políticas que passam por manter o sistema centralizado, o que já vinha acontecendo desde o período liberal, num esforço de ampliar a sua intervenção a outras dimensões que não as instrucionais, ou, pelo contrário, optar por uma política de descentralização do sistema educativo, admitindo outros pares na sua governação, nomeadamente as escolas e os municípios, que teriam por objetivo garantir a realização das finalidades políticas da educação num país onde o analfabetismo atingia níveis demasiado elevados.

É neste contexto intelectual que o magistério de Sérgio se fará sentir. Integrará a revista, como elemento da direcção a partir de 1923, com participação deveras assídua e aí se confirmam como pensador e crítico notável no campo pedagógico, cultural e político a par de Raul Proença e Câmara Reys.

A sua caminhada foi movida pela dúvida permanente e pela crítica, como instrumentos que sinalizam o caminho mais seguro em direcção à razão, uma luta contra todos aqueles que «punham em causa os principais valores da modernidade: o humanismo universalista, a ideia de progresso, a perfectibilidade humana, a liberdade e a democracia»,³¹ uma luta em prol de uma racionalização emancipadora dos espíritos, pois «emancipar es anular la distan-

³⁰ CARVALHO, Maria João de. «As Multirracionalidades no contexto da organização escolar» *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 24 (2), 2011, p. 51 (33-57).

³¹ RAFAEL AMARO, António. *Op. cit.*, p. 60.

cia entre los que enseñan y los que aprenden». ³² Estava convicto de que, no grande areópago do debate, tudo é passível de discussão, pois nada se encontra acima da crítica. O que pretendia era assumir socraticamente o estatuto de interrogador livre, assunção de uma mentalidade dialógica que no encontro com os outros solicita a sua participação na reflexão sobre todos os domínios. Como ele mesmo defende, os seus escritos não poderiam ser aceites como dogmas, para todo o sempre instituídos, nem sequer aspirava afirmar-se como o «Papa da inteligentzia» portuguesa, pois isso seria a negação prática de toda uma conceção filosófica campeada pela crítica.

Enquanto colaborador da *Seara Nova* bateu-se por uma escola ao serviço da democracia; por isso, faz assentar as suas ideias numa política de descentralização expressa na tentativa de implementar a escola município. O objetivo era desenvolver hábitos de participação realizados de modo sistemático em todo o percurso escolar, com o objetivo de acabar com a apatia e a subserviência acrítica face aos abusos cometidos pela classe política. Se a organização democrática dos alunos sob a forma de Município Escolar deve ser tida em conta, a rutura com os métodos utilizados no ensino «ex-cathedra» impõe-se como uma medida urgente. Esta aprendizagem será feita à custa do self-government, conceito que não nos é dado por quem nos governa, mas que depende da incansável busca no quotidiano de quem é governado, que se aprende pela prática e não por um qualquer ensino.

Porém, à semelhança de outros colaboradores, esbarra com a força de um sistema estatizado e centralizado que não adere à pretensão de alterar a ordem pedagógica e organizacional por colocar em causa a dita centralização e a uniformização, princípios caros à organização burocrática. Com efeito, estas intensões não colhem a simpatia do Estado, pois em nada solidificavam o seu poder que gostariam de ver reforçado.

Na verdade, a explícita alusão à necessidade de descentralização reconverte a administração em fator de democratização enquanto experiência democrática. Neste sentido ela própria pode conduzir a uma política de emancipação, abanando a estrutura autocrática e repressiva que a justifica mas que contraria os propósitos declarados desde o século XIX de que a educação e o ensino devem manter uma estreita ligação com os fundamentos da democracia. ³³

³² LAUDO CASTILLO, Xavier. «Educación y emancipación: de la experiencia de Jacotot a la expectativa de Rancière», *Educació i Història. Revista d'història de l'educació*, n. 21, 2013, p. 78.

³³ LIMA, Licínio. *A Escola como organização e a Participação na Organização escolar. Um estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Universidade do Minho, p. 140.

Curiosas são também as ideias pedagógicas incluídas na série com o título «Bases para a solução dos problemas da educação nacional» a cargo de Faria de Vasconcelos em que se constata a importância, tanto do planeamento, como da experimentação das reformas em escolas escolhidas para o efeito, antes da generalização das medidas. Assim, as reformas, por implicarem mudanças, deveriam estar sujeitas ao «princípio obrigatório da consulta prévia aos organismos competentes, organização de um serviço de inquiridos escolares, criação de escolas-modelo, possibilidade de cada escola constituir no seu seio uma secção experimental de reformas e iniciativas».³⁴ Antes da sua chegada à *Seara Nova*, Faria de Vasconcelos funda a Escola Nova de Bierges-Lez-Wawze que alguns, nomeadamente Ferrière, consideram como uma das melhores concretizações do movimento conhecido por «Escola Nova», exerce o cargo de Diretor da Escola Normal de Sucre onde também acabará por desempenhar funções de direção da Revista Pedagógica cujos artigos lhe conferem protagonismo e prestígio e integra o Instituto de Jean-Jacques Rousseau. A sua abordagem pedagógica apresenta novos métodos de ensino inclusos nos princípios gerais do movimento da «Escola Nova», bem como o self-governement criado por Wilson Gill e que tem em Sérgio outro adepto.

Não é, por isso, de estranhar a crítica veemente que faz ao ensino oficial que considera mecanicista, altamente mnemónico e que valoriza, em demasia, o estudo da gramática. Considera que «O problema fundamental dos latinos é um problema de educação, de direção espiritual, de organização, de construção, que demanda tempo, esforço persistente, inteligência clara dos novos defeitos e aptidões e um ideal nitidamente orientado».³⁵ De um modo particular destacamos todos os artigos por si publicados, intitulados «Bases para a solução dos problemas da educação nacional», que se aproximaram, no entendimento de alguns autores, de um conjunto de ideias e princípios que se materializariam na proposta de Lei de 1923 e que ficaria conhecida pela designação de reforma de João Camoesas, Ministro da Instrução Pública e a quem se atribui autoria. Em termos genéricos diríamos que, ao longo de 24 pontos, eram apresentadas soluções para os problemas do ensino em Portugal. À reorganização do ensino nos seus diferentes graus era conferida especial importância, sendo que os jardins-de-infância, que se situavam na base do sistema, adquiriam protagonismo para se terminar nas universidades.

³⁴ CARDIA, Sottomayor. «O Pensamento Filosófico do Jovem Sérgio», *Revista Cultura-História e Filosofia*, Vol. 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 63.

³⁵ VASCONCELOS, Faria de. «Por terras de Além-Mar: Viagens na América», *Seara Nova*, 1992, pp. 7-26.

O posicionamento de Bento de Jesus Caraça segue a mesma linha de responsabilidade, autonomia, liberdade, intervenção cívica que caracteriza os Seareiros. Reconhece que a sabedoria traz conseqüências ao nível do espírito uma vez que o torna desinquieto, pois propicia «não apenas o alargamento dos seus horizontes de compreensão da realidade, mas também, o seu desejo de intervir nessa mesma realidade».³⁶ O propósito de uma cultura para todos não é tarefa difícil, ela não é inacessível às massas, é antes um instrumento ao serviço do progressivo e sistemático aperfeiçoamento do seu humano. Daqui se conclui do seu autentico humanismo pelo combate ao monopólio cultural das classes dominantes destacando a criatividade e a pujança da cultura popular, assim como a importância da democratização de saberes mais eruditos.³⁷ O seu envolvimento na fundação em 1919 da Universidade Popular Portuguesa, e da qual viria a ser o seu presidente a partir de 1928, foi a expressão máxima da tentativa de difusão da instrução e da cultura às classes trabalhadoras e da sua preocupação pelas questões sociais. A sua defesa pela *Escola Única*, que não assenta na crença de uma escola neutra, fá-lo reconhecer a importância dos professores para o bom funcionamento da instituição. Nesse sentido, considera de importância inquestionável a formação cultural e humanista destes profissionais, ao mesmo tempo que reclama para estes uma situação económica adequada.³⁸

Tais propósitos não são estranhos aos ideais de Ferreira de Macedo já que os seus pontos de vista expressam o modelo que se tem aplicado na Universidade Popular Portuguesa, de uma escola de todos e para todos, inclusivamente dos adultos, recusando preconceitos pseudointelectuais de cultura universitária, visando a cultura integral dos sujeitos «o hábito da sua aplicação a fins individuais e sociais harmónicos e escolhidos tão livremente como possível».³⁹

A formação dos profissionais da educação não é votada ao esquecimento, antes pelo contrário, pois deles também fazem depender a Reforma da situação da educação. Por esse facto consideram de grande importância um estágio no estrangeiro, a título de aperfeiçoamento e de complemento de formação, a contratação de professores estrangeiros, bem como a possibilidade de manter

³⁶ MEDEIROS, Cleide, MEDEIROS, Alexandre. «Pensamento Dialético de Bento de Jesus caraça e sua Concepção de Educação matemática», *Ciência e Educação*, V. 9, n. 2, 2003, p. 267 (261-276).

³⁷ *Ibidem*, p. 264 (261-276).

³⁸ CARAÇA, Bento de Jesus. «A Cultura integral do indivíduo: problema central do nosso tempo», J. M. C. (Ed). *Bento de Jesus Caraça: Conferências e outros escritos*. Lisboa: Tipografia António Coelho Dias, 1978.

³⁹ CARDIA, Sottomayor. «Seara Nova—Antologia», *Colecção testemunhos Contemporâneos*, n. 12, Lisboa, Editora Alfa, 1990, p. 191.

um intercâmbio entre professores. Não é esquecida a necessidade de estimular a ação e o trabalho do professor.

Ideias pedagógicas que atravessam a problemática da organização das escolas, sem esquecer os serviços técnicos e administrativos, que na ótica dos colaboradores da *Seara* são fundamentais ao bom desempenho dos professores. O Ministério da Educação, para bem da execução das Reformas, deveria manter neutralidade política como garante da «necessária unidade de critério, dotar a organização escolar de uma direcção superior colegial e amplamente representativa (Conselho Superior de Educação Nacional), remodelar os serviços administrativos do ministério assegurar um serviço de inspecção eficaz e descentralizar a administração escolar».⁴⁰

A educação infantil teve, por parte de Faria de Vasconcelos e de António Sérgio, uma atenção especial, sendo que os restantes níveis de ensino foram, também, o objeto de preocupação de outros colaboradores dos quais destacamos Jaime Cortesão, Raul Proença, Vitorino Nemésio, Sílvio de Lima, Alberto Pessoa, Mário de Castro e Câmara Reys.

No que respeita ao ensino infantil a proposta passa pela adoção do método de Maria Montessori assente na espontaneidade, ideia diretriz a nortear toda a ação dos pedagogos, não perdendo do horizonte que a criança é um ser ativo, criador que jamais deve ser reprimido, devendo a escola tudo fazer para respeitar a sua natureza. Para que a educação infantil não seja considerada um «exercício» inútil é necessário considerar-se a verdadeira natureza da criança, pois os eu crescimento físico e mental é autónomo, não devendo o educador interferir de maneira inoportuna e destrutiva, mas intervindo no seu ambiente, afastando os obstáculos que impossibilitem esse fluxo natural de crescimento, até hoje, pensam os colaboradores da *Seara*, influenciado negativamente pela escola. Assim, parece ser imperativo deixar a criança ser criança mesmo no ambiente escolar. Toda a atividade do educando deve nascer por sua própria iniciativa e não por imposição do educador, a educação da criança deve incidir sobre o agir e o concreto fazendo o possível por se evitar o verbalismo.

A escola primária, e mais particularmente a escola primária rural, é também uma preocupação. Ela deveria dar resposta à necessidade de integrar a «escola o mais possível na vida económica e social da aldeia e servindo-lhe directamente as necessidades fundamentais».⁴¹ Desta feita o estudo deverá

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ FERNANDES, Rogério. António Sérgio: *Para uma Pedagogia para o ressurgimento nacional. A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, n. 37, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, p.75

«ganhar feição regionalista, integrar-se nas actividades económicas locais»,⁴² ou seja, cada escola ao desenvolver determinada atividade o faça de acordo com a natureza da região. A interdisciplinaridade e a experiência, bem como o desenvolvimento da iniciativa mental e a atividade espontânea do aluno encontram espaço no projeto pedagógico para o ensino primário. É um ensino que se pauta por ser universal e que põe em evidência o desenvolvimento da aprendizagem do educando.

A educação profissional não é descurada no projeto pedagógico dos colaboradores da *Seara*, em particular em António Sérgio, pois já está incluída na instrução primária como propedêutica à frequência da escola técnica. Após a escola primária a proposta passa por uma ramificação de vias tendo em conta as finalidades dos próprios alunos. A opção pela frequência na universidade implicava a frequência no ensino secundário, a segunda via era destinada àqueles jovens que não seguiam o ensino superior. A alteração curricular era um dos pontos a ter em conta, sendo que é dado especial relevo às disciplinas de âmbito pedagógico e didático, bem como à Língua Inglesa.

4. IMPACTO DA REVISTA NO GOVERNO DA NAÇÃO

Foram vários os momentos em que a *Seara Nova* «foi chamada» a colaborar no governo, porém «A essas solicitações tem ela oposto invariavelmente a sua recusa terminante, porque a todos os argumentos se têm sobreposto sempre a firmeza dos seus princípios ou o simples sentido das conveniências morais».⁴³ Consideravam a importância de intervir de forma articulada e no global, pois eram de opinião que os problemas não se resolviam de forma fragmentada.

Por isso, a recusa em colaborar na governação do país só poderia manter-se se os motivos arrojados se mostrassem plausíveis. Os falsos pretextos, com origem no comodismo ou numa hipotética incapacidade para agir, só continuariam a validar a tese daqueles que os apelidam de teóricos. Assim, sempre que as razões para intervir foram maiores que as razões que justificaram a recusa, os seareiros não deixaram de responder ao repto, mesmo quando as condições apresentadas não se configurassem como as ideais, mas sem deixarem de parte a atitude de oposição que os caracterizava enquanto grupo.

⁴² SÉRGIO, António. «Considerações Histórico-Pedagógicas. Antepostas a um manual de Instrução agrícola na Escola Primária» (separata), 2ª edição, Renascença Portuguesa, Porto, 1916, p. 58.

⁴³ SÉRGIO, António. «No Governo», *Seara Nova*, n. 28, Lisboa, 1923, p. 8 (4-9).

De destacar que os ideais programáticos, em termos educativos, dos seareiros tiveram uma tentativa de atuação prática em dois momentos oficiais, nomeadamente aquando da colaboração de Faria de Vasconcelo no projeto de reforma de João Camoesas, de que anteriormente já demos conta, e de António Sérgio enquanto ministro da Instrução Pública, de 18 de dezembro de 1923 a 28 de fevereiro de 1924. Na verdade a sua aceitação em ser ministro deve-se, sobretudo, ao facto de ter acreditado que seria possível criar a Junta Propulsora de Estudos ou Junta de Orientação dos Estudos que, constituída por 27 elementos, gozaria de autonomia absoluta, nomeadamente no respeitante à escolha dos objetivos, programas, métodos e professores. Esta Junta tinha duas funções primaciais: a concessão de bolsas de estudo no estrangeiro que preparasse um escol científico e pedagógico e a criação de escolas de ensaio ou experimentais que seriam os locais privilegiados para por à prova as novas experiências pedagógicas em vista a uma posterior consolidação e, assim, reformar o ensino. Reformar a situação da educação dependia, em grande medida, e como já referimos anteriormente, do papel que os professores viessem a desempenhar, efetivamente, para o qual considerava ser urgente a sua preparação, inclusive, a sua especialização no estrangeiro, pois só assim poderiam contactar com novos métodos de ensino, já que entre nós as escolas de formação não lhe mereciam grande crédito, reconhecendo, mesmo, que os professores possuíam uma baixa cultura. António Sérgio impedido de atribuir autonomia financeira a esta Junta, abandonaria o cargo de ministro.

É, também, importante referir a relação profissional dos seareiros a várias organizações de ensino como A Universidade Técnica de Lisboa, O Instituto para a Alta Cultura, a Universidade Livre de Lisboa, a Universidade de Coimbra, entre outros.

5. CONCLUSÃO

A Revista *Seara Nova* é esclarecedora da importância da Educação como prioridade política, reconhecidamente o melhor meio para se alterar a situação vigente em prol de uma democratização e modernização, agora obedecendo a novos cânones que compreendem novas formas de intervenção educativa, ou seja, que não a reduzam à componente da instrução, como pensavam os liberais, mas que contemple a educação como uma ação integral sobre o aluno, de âmbito moral e cívico, na qual se insere a anterior, apenas e só, como uma das suas componentes.

Só assim estariam estabelecidas as condições necessárias à preparação de jovens para intervirem, ativamente, na sociedade democrática republicana. Todo o seu ideário nega e recusa quaisquer relações de aprendizagem «mobilizadas pela acriticidade e pela mecanização, que domesticam, em vez de cuidar da perfectibilidade do ser humano, acabando por o converter num simples executor, reduzido à condição de sujeito passivo».⁴⁴

São de opinião de que a situação de um qualquer país mais não é que o reflexo da sua vida intelectual que os muitos movimentos ideológicos configuram.

A defesa pela descentralização e autonomia, entendidas enquanto novo modelo de gestão praticado nas escolas que se traduz na assunção de partilha de poder no processo educativo, parece encontrar eco, na atualidade, nos Territórios Educativos e na conceitualização de territorialização. A cada vez maior ingovernabilidade dos sistemas educativos, a colonização da forma escolar e o monopólio educativos da escola bem como a importância do local como estratégia de desenvolvimento, apresentam-se como fatores que propícios a este tipo de administração. Não esqueçamos, por isso, que «A construção de políticas e práticas educativas por referência a um território singular (contextualizadas) supõem um questionamento crítico e uma superação da forma escolar e da sua tendencial extraterritorialidade».⁴⁵

A atitude coerente, em que a crítica e o protesto nunca ficavam silenciados, fundava-se na importância da consequência das palavras que a *Revista* expressava, pois elas próprias exigiam reformas que todos os seus colaboradores julgavam necessárias. Daí que não seja estranho que a ideia de Revolução significava, para os seareiros, democracia e liberdade.

⁴⁴ CARVALHO, Maria João de. «As Multirrationalidades no contexto da organização escolar», *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 24 (2), 2011, p. 50.

⁴⁵ CANÁRIO, Rui. «Territórios Educativos e políticas de intervenção prioritárias: uma análise crítica», *Perspectiva*, vol. 22, (1), 2004, p. 56 (47-78).